



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

49ª REUNIÃO PLENÁRIA

Data e horário: 10 de julho de 2019, 10h às 18h, e 11 de julho de 2019, 09h às 18h.

Local: Sala de Reuniões Plenária, 10º andar, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, Brasília/DF

RESUMO EXECUTIVO

DIA 10 DE JULHO DE 2019 (QUARTA-FEIRA):

1. Homenagem a Janaína Romão

Encaminhamentos: Nota Pública em Homenagem a Janaína Romão aprovada por unanimidade; Envio de Ofício do CNDH ao Juiz solicitando informações sobre o andamento do processo.

2. Apresentação do desenho do Seminário Direitos Humanos e Empresas

Foi apresentada proposta atualizada do Seminário com a proposta de construção de uma Cartilha como produto final. A discussão será centrada na atenção aos atingidos. Informaram acerca da Consulta Pública aberta pelo MMFDH sobre a temática, mas informaram que não responderiam antes da realização do Seminário.

Encaminhamentos: Convidar Sandra Lia Simon do MPT para participar de uma Mesa do Seminário, avaliar possibilidade de representação quilombola no Seminário.

3. Apresentação do calendário das atividades da Semana dos Direitos Humanos de agosto
Conselheiros/as discutiram as atividades a serem realizadas no período. Foi lembrado que na quinta-feira, dia 15/08 haverá a apreciação do relatório final do processo apuratório. Na quarta-feira, dia 14/08, o Presidente pediu o compromisso de todos os conselheiros/as para a realização da sensibilização junto aos integrantes do congresso para captar emendas parlamentares para o CNDH.

Encaminhamentos: Conselheiros enviarão até 22 de julho sugestões de atividades a serem incluídas na Semana dos Direitos Humanos; Secretaria Executiva enviará o documento com as informações necessárias para realização da ação de sensibilização no Congresso.

Agosto 2019				
Seg	Ter	Qua	Qui	Sex
12	13	14	15	16
Agenda com autoridades	Agenda com autoridades	Agenda com autoridades	Agenda com autoridades	Agenda com autoridades
CP Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão	Seminário Empresas e Direitos Humanos	Manhã - 50ª Reunião Ordinária em homenagem a Maria Lucia Pereira e Margarida Alves	50ª Reunião Ordinária em homenagem a Maria Lucia Pereira e Margarida Alves	GT Barragens
CP Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos	CP Direito à Cidade	Tarde – Incidência no Congresso (Emendas Parlamentares)		
CP Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais	CP Direito Humano à Alimentação Adequada	18H30 - Posse de Relatoras Relatores de direitos humanos da plataforma dhesca		
CP Direito Humano à Alimentação Adequada	CP Defensores e Defensoras de Direitos Humanos	Marcha das Margaridas		
Audiência Nova Frente Negra Brasileira	CP Direitos da População em Situação de Rua			
	Marcha das Margaridas			

4. Calendário de Missões

A Mesa deliberou que irá apresentar a cada reunião ordinária a proposta de Missão a ser realizada para apreciação do plenário ao invés de montar um calendário de pronto com as 14 propostas de missões apresentadas. Na reunião foi proposto o prosseguimento da realização da Missão ao Rio de Janeiro, que já tinha sido aprovada anteriormente. Mais informações acerca da organização serão dadas após pactuação com a Conselheira Sandra Carvalho.

Encaminhamentos: Conversar com a Sandra Carvalho para iniciar a organização da Missão no Rio de Janeiro.

5. Discussão sobre as Resoluções de criação das Comissões Permanentes

As resoluções de criação das Comissões Permanente do Conselho indicam a composição e em alguns casos indicam instituições que já não participam da Comissão como coordenadoras.

Encaminhamentos: Elaborar Resolução instituindo regra genérica sobre a atualização da composição das comissões.

6. Relato e encaminhamento da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade

Conselheiro Patriota faz o relato sobre a reunião ocorrida no dia 09 de julho. Inicia informando que não houve a presença do CNJ, que não tem comparecido às reuniões.

Informa sobre a reunião com a Procuradora de Contas do TCU, e os encaminhamentos a partir dessa reunião. Informa que a Comissão deliberou por solicitar reunião com Sergio Moro.

Encaminhamentos: Solicitar reunião com Ministro Sérgio Moro; Oficiar Ministério da Justiça para que observe recomendações do MNPCT ao liberar recursos do FUNPEN aos Estados; Oficiar Ministério da Justiça para solicitar informações sobre onde estão e como vem sendo utilizados os recursos do FUNPEN que não são utilizados pelos Estado; Ofício ao Governador do Amazonas no sentido de realizar mutirão para diminuir quantidade de pessoas presas; Oficiar a respeito das FTIPs que estão atuando em Manaus; Ofício reforçando importância do funcionamento do CNPCT; Oficiar DEPEN sobre Massacre ocorrido em Manaus em maio de 2019; Oficiar Presidentes da Câmara dos Deputados e Senado Federal sobre problemática do SNPCT.

7. Relato e Encaminhamento da Subcomissão Permanente de Drogas e Saúde Mental

Rogério Giannini faz o relato narrando que ao longo deste ano o CNDH já emitiu uma série de notas, recomendações se posicionando contra as medidas e normativas expedidas pelo governo ao longo desse ano e que mesmo assim saiu a Nova Lei de drogas que favorece o processo de internação voluntária e involuntária. Informa que a Comissão decidiu por ser propositiva e apresentar uma proposta de resolução sobre o tema.

Encaminhamentos: Após leitura e sugestões apresentadas acerca da Resolução sobre a política nacional de saúde mental ficou definido que o documento seria ajustado e encaminhado a todos os conselheiros/as para que avaliem e apresentem os destaques na próxima reunião ordinária. Não haverá nova leitura e nem reabertura da discussão.

8. Relato e Encaminhamento da Comissão Permanente Promoção e Defesa dos direitos das Mulheres, da População LGBTTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo

Paulo Mariante fez o relato. Foi discutida a atuação sobre casos do Rio de Janeiro relacionado ao governador Witzel e Evaldo Santos; a PEC 29/2015; campanha midiática no âmbito do CNDH focalizando na defesa dos direitos das mulheres; denúncia sobre racismo e crime de ódio; extinção do CNCD – LGBT.

Encaminhamentos: Reiterar o ofício ao governador do RJ e para a secretaria de Assistência Social do Estado; elaborar proposta de nota, pautando a PEC 29/2015, a ser apresentada na 50ª RO que afronta a autonomia das mulheres acerca o próprio corpo; Elaboração de uma proposta de campanha midiática no âmbito do CNDH focalizando na defesa dos direitos das mulheres sem data definida; oficiar o MPE, a ouvidoria da DPE, e a Prefeitura sobre a denúncia de racismo recebida.

Conclusão do 1º dia de reunião

DIA 11 DE JULHO DE 2019 (QUINTA-FEIRA):

9. Informe sobre as reuniões de discussão sobre participação social e sobre a Comissão Especial deliberada na 48ª Reunião Ordinária

Presidente informa sobre os ofícios enviados aos presidentes dos Colegiados vinculados ao MMFDH e ado CNS e CNAS para compor a Comissão Especial de Participação Social. Foram solicitando a indicação de um representante da sociedade civil, considerando a composição anterior dos Conselhos. Resta pendente de indicação apenas o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Estiveram presentes representantes do Conselho Nacional da Pessoa Idosa (CNDI) para informar as mudanças sofridas pelo Conselho após a publicação do Decreto 9.893/2019.

Encaminhamentos: Realizar reunião da Comissão Especial com os indicados em agosto.

10. Nota Pública sobre a extinção do CNCD LGBT

Encaminhamento: Nota aprovada por maioria de votos, com votos contrários do MMFDH e MRE.

11. Denúncia de seletividade, discriminação e violações de direitos humanos e princípios constitucionais pela Justiça Brasileira, no processo que resultou na prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contidas na reportagem “As mensagens secretas da Lava Jato”, publicada em 09 de junho de 2019, pelo Intercept Brasil, a partir de arquivos – incluindo mensagens privadas, gravações em áudio, vídeos, fotos, documentos judiciais e outros itens – enviados por uma fonte anônima, publicitando conversas de integrantes da força-tarefa da Lava Jato, coordenada pelo procurador Deltan Dallagnol, em colaboração com o atual ministro da Justiça, Sergio Moro.

O Ponto de pauta foi debatido na reunião 48ª Reunião Plenária.

Encaminhamento: Aprovado por maioria, com abstenção do MRE e do MMFDH o acolhimento da denúncia e a designação do Conselheiro Leandro Scalabrin como relator do caso que trará relatório a ser apreciado em reunião plenária.

12. GT Orçamento

Presidente informou acerca do pedido de descontingenciamento dos 9% realizado como fundo de reserva pelo Ministério. Informa que houve reunião com o Subsecretário de Planejamento e Orçamento do MMFDH que não demonstrou objeção ao pleito apenas solicitou a realização de nota técnica para justificar a utilização do recurso. Foram pauta da reunião também a Ação Orçamentária própria do CNDH e a possibilidade de criação de CNPJ para o Conselho. Sobre a Ação Orçamentária, foi explicado que foi criada Ação para todos os Colegiados do Ministério e que o CNDH teria um PO dentro dessa Ação e que isso não inviabilizaria a designação da ordenação de despesa pelo conselho. Além disso, a SPOA se mostrou favorável à solicitação de abertura de CNPJ próprio, solicitando que seja iniciado o processo de solicitação. Além disso, o Presidente informou acerca da destinação de parte da reunião ordinária para realização de captação de emendas parlamentares no Congresso nacional. O trabalho será no dia 14/08 pela tarde.

Encaminhamentos: elaboração de nota técnica para justificar o desbloqueio dos 9%, solicitar a abertura de CNPJ explicando a necessidade da autonomia do CNDH para realização do Credenciamento como INDH; Conselheiros deverão articular com parlamentares agendas para sensibilização acerca das emendas parlamentares; Secretaria Executiva enviará os dados orçamentários a serem repassados aos senadores/deputados.

13. Recomendação sobre a manutenção da Ação Orçamentária 2019O destinada ao funcionamento do Conselho Nacional de Direitos Humanos no âmbito da Unidade Orçamentária do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Encaminhamento: Recomendação aprovada por unanimidade.

14. Relato e Encaminhamento da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos do CNDH.

Leonardo Pinho informa acerca da reunião realizada com o PARLASUL no ano passado para troca de experiências e parceira entre PARLASUL e CNDH, que provavelmente será levado a Plenária PARLASUL em Agosto. Informa sobre reunião realizada com a União Europeia para apresentar o CNDH e todo o trabalho desenvolvido no Biênio anterior e nesses primeiros seis meses de trabalho da nova diretoria. Um dos pontos analisados foi a troca de experiências das INDHs. Informa sobre reunião realizada com MRE acerca do Credenciamento como INDH e sobre os compromissos voluntários do Brasil para manutenção no Conselho de Direitos Humanos da ONU.

15. Violações de Direitos Humanos na Região de Alcântara/MA.

Representantes de comunidades quilombolas de Alcântara/MA apresentaram as violações de direitos humanos que vem ocorrendo na região desde 1986, quando 312 famílias quilombolas de 32 povoados foram remanejadas compulsoriamente para a implementação do Centro de Lançamento de Alcântara.

Encaminhamentos: Articulação do CNDH para avançar na titulação do território quilombola e para a garantir o direito à consulta prévia, livre e informada dessas comunidades conforme disposto na Convenção 169 da OIT.

16. Apresentação pelo MRE dos compromissos voluntários do Brasil para a candidatura ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (mandato 2020/2022).

MRE apresentou o documento com os compromissos voluntários já protocolado junto à ONU para do Estado Brasileiro permanecer no Conselho de Direitos Humanos da Organização. Os conselheiros questionaram o motivo da apresentação de algo já pronto e sem considerar a participação social na sua elaboração. Questionaram também a ausência de pontos importantes para a garantia dos direitos humanos. Foi solicitado ao final para constar em Ata que o CNDH não endossa o documento apresentado pelos motivos expostos nas falas dos Conselheiros.

17. Nota Pública de reconhecimento à Justiça Global.

Encaminhamento: Nota aprovada por unanimidade

18. Nota Pública em Saudação do 57º Congresso da UNE.

Encaminhamento: Nota aprovada por unanimidade; Entrega e Leitura da Nota Mesa a qual a Dra. Deborah participará.

19. Discussão sobre proposta de alteração do Regimento Interno do CNDH

O ponto de pauta decorreu do final da discussão da 48ª Reunião Ordinária.

Encaminhamento: Foi aprovada por unanimidade a criação de comissão composta pelos Conselheiros/as Everaldo Patriota, Paulo Mariante e Luísa de Marillac que irá propor ao plenário os encaminhamentos acerca do caso.

20. Denúncias

Encaminhamentos: Os encaminhamentos propostos foram aprovados por unanimidade.

21. Apresentação do Desenho do Seminário sobre Segurança Pública

O desenho foi apresentado pelo Conselheiro Patriota que informou que houve um grupo dentro da Comissão que fez o trabalho.

Encaminhamentos: Enviar para a Conselheira Luísa de Marillac sugestões de acréscimo ou troca de convidados até a plenária de agosto.

22. Criminalização de Lideranças sem teto em São Paulo

Representantes do Movimento de Moradia de São Paulo denunciaram o processo de criminalização que as lideranças do movimento estão enfrentando, com coações, ameaças e inclusive prisões arbitrárias.

Encaminhamentos: O Presidente Leonardo Pinho e a Conselheira Fabiana Severo foram designados como relatores do caso.

23. Discussão sobre Pacote Anti crime

Foi realizado Parecer elaborado por integrantes da Comissão o qual foi lido, mas não foi deliberado por falta de quórum.

Encaminhamento: Parecer será pautado na 50ª Reunião Plenária já no início da reunião.

24. Reiteração da recomendação 02/2019 do CNDH que recomenda que a identificação, a delimitação, a demarcação e os registros das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, assim como o licenciamento ambiental nas terras indígenas, permaneça como área de competência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Foi lida proposta de reiteração e após as considerações dos Conselheiros acerca das competências dos órgãos a quem estávamos recomendando, o item foi retirado de pauta pelo Conselheiro Leandro Scalabrin.

Conclusão do 2º dia de reunião

